

# Apresentação do artigo de Sylvain Lazarus: breves anotações sobre “pensar no registro do possível”

ALEX MARTINS MORAES

COLETIVO MÁQUINA CRÍTICA – GRUPO DE ESTUDOS EM ANTROPOLOGIA CRÍTICA  
(GEAC) / DOUTORANDO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL NO INSTITUTO  
DE ALTOS ESTUDIOS SOCIALES DA UNIVERSIDAD DE SAN MARTÍN (IDAES-UNSAM)

“A mais radical crítica aos próprios fundamentos da ciência social”: com esta frase, Alain Badiou definiu a vasta reflexão metodológica e epistemológica desenvolvida pelo antropólogo Sylvain Lazarus em sua mais importante obra, publicada em 1996 sob o título *Antropologia do Nome*.<sup>1</sup> Neste número de *Plural*, oferecemos ao leitor latino-americano uma tradução inédita ao português do artigo “Antropologia operária”, no qual Lazarus introduz as premissas fundamentais de uma ousada aposta teórica cujo intuito central é inscrever a pesquisa social –e mais especificamente o estudo da política– no registro do possível. Apesar de influenciar decisivamente a filosofia de Badiou,<sup>2</sup> uma das expressões mais visíveis e consistentes do pensamento radical contemporâneo, a obra de Lazarus é relativamente periférica<sup>3</sup> no campo das ciências

<sup>1</sup> Em 2017, o livro *Antropologia do nome (Anthropologie du nom)* recebeu sua primeira edição em português, lançada pela editora da UNESP. A tradução dessa obra ao espanhol pode ser acessada através do seguinte endereço: <https://antropologiacritica.files.wordpress.com/2016/12/sec3a7c3a3o-4-sylvain-lazarus-antropologia-del-nombre.pdf>

<sup>2</sup> Ver, por exemplo, Badiou (2012).

<sup>3</sup> Entre os pesquisadores que atualmente desenvolvem seus trabalhos em diálogo com as propostas de Lazarus, poderíamos mencionar Michael Neocosmos (2009), Alain Bertho (2006) e Judith Hayem (2012). Minha pesquisa de doutorado sobre política, desenvolvimento e desejo no extremo norte do Uruguai também vem se beneficiando amplamente dos *insights* proporcionados pela “antropologia do nome”. Anteriormente, em outro contexto de pesquisa (Moraes, 2017), eu já havia tecido uma incipiente apropriação dos conceitos lazarianos.

sociais. O chamado lazariano a pesquisar (n)o registro do possível ainda aguarda repercussões mais amplas entre aqueles que se propõem a estudar empiricamente as dinâmicas transformadoras que pulsam em seus respectivos contextos sociais. Agora que em diversos países da América Latina vivemos processos políticos de natureza reacionária e os horizontes da transformação social parecem ter se diluído em meio à desesperança, à precarização da vida e à impotência política, talvez valha a pena prestar mais atenção nas propostas dessa antropologia dissidente. Isto porque ela nos convida a enunciar, em sintonia subjetiva com nossos contemporâneos, novas formas de pensar a emancipação.

Dada a extrema originalidade conceitual da antropologia de Lazarus, e levando em conta sua escassa penetração nos âmbitos mais convencionais de debate acadêmico, o Grupo de Estudos em Antropologia Crítica (GEAC) considerou pertinente apresentá-la de forma sintética aos leitores de *Plural*. Coube-me realizar esta tarefa porque a “antropologia do nome” constituiu um importante referente teórico de minha pesquisa de doutorado, desenvolvida junto ao movimento popular dos cortadores de cana do extremo norte do Uruguai. Espero que o rápido exercício introdutório das próximas páginas enriqueça a leitura de “Antropologia operária” e favoreça compreensão de seus argumentos centrais.

Como ponto de partida, concentremo-nos na proposição fundamental do artigo em questão, a saber: *os operários pensam*, assim como qualquer pessoa. Apesar de parecer simples e consensual, este enunciado conduz a um protocolo de leitura dos processos políticos presentes e passados que é, na verdade, pouco usual. A antropologia lazariana busca orbitar o pensamento das pessoas sem fazê-lo depender das construções categoriais herdadas de outros esquemas intelectivos. Isto implica elucidar o subjetivo a partir do interior do subjetivo, identificando “o que se pensa no pensamento [...] e as categorias que lhe são próprias” (Lazarus, 1996: 93). Trata-se de um programa reflexivo que pretende pensar o pensamento das pessoas por fora do substrato dos grupos. De fato, quem pensa —ou seja, “as pessoas”— será encarado como um “indistinto determinado” —não sabemos o que as pessoas “são” — que subjetiva sua própria conjuntura e a coloca em jogo:

[...] [a questão] não é quem pensa, não se trata de uma problemática do sujeito nem de uma problemática das classes [...] as pessoas, aqui, são um *indistinto determinado* [*indistinct certain*] que o encaminhamento da investigação antropológica consegue isolar. O indistinto determinado não designa nem um grupo, nem uma estrutura, nem um modelo. Pode-se dizer que é um *ser-aí* [*être-là*] indistinto em relação à história e à sociedade. No face a face entre as pessoas e seu pensamento, não se trata de retomar o confronto entre fatores objetivos relativos às pessoas (profissão, salário, formação, residência, etc.) e as representações, mas interrogar, no pensamento das pessoas, a relação das pessoas com seu pensamento. (Ibid.: 69-70). Destaques no original.

“A antropologia do nome –escreve Lazarus– quer passar, no que diz respeito ao pensamento, *da ideia, amplamente aceita hoje em dia, de que o pensamento é relativo à ideia de que ele é singular* [...]” (ibid.: 59-60). Em seguida, o autor afirma que a singularidade de um pensamento está constituída pelo fato de que este não é redutível a nenhuma outra coisa além de si mesmo. Mas o que é o “si mesmo” do pensamento? É a sua “relação do real”, diria Lazarus. Em outras palavras, sua relação com o não conhecido que se dobra sobre ele e o tensiona. A intelectualidade das pessoas não é, portanto, derivação, representação, expressão ou reflexo de “algo” estabelecido *a priori* ou *a posteriori* por outra intelectualidade. Ela é, ao contrário, a ramificação de uma realidade que irrompe no pensamento e se transforma no seu influxo.

Para Lazarus, a política é da ordem do pensamento. Sendo assim, ela ocorre sob duas modalidades: em interioridade e em exterioridade. A primeira acontece quando uma singularidade subjetiva –uma intuição, uma experiência do aberto e do desconhecido– postula suas próprias condições de existência, subtraindo-se às legalidades e objetividades pré-estabelecidas. Neste caso, “o que nutre um pensamento político não é o pensamento sobre o Estado, mas sim algumas categorias próprias e singulares, ‘inventadas’ para a sequência política em questão”, mesmo quando é o próprio Estado que está em jogo (Lazarus, 2001a: 98). Atento à diferenciação lazariana entre “exterioridade” e “interioridade”, Michael Neocosmos conclui que não devemos rotular certos discursos e práticas como “políticos” apenas “porque eles se relacionam explicitamente com objetos identificáveis da política estatal (estados,

nações, sindicatos, movimentos, cidadãos, eleições, ONG's, etc.)” (Neocosmos, 2012b: 469). É necessário, antes de mais nada, especificar de que política estamos falando. Uma política em interioridade nunca está dada *a priori*, não habita um reino ou um campo permanente do social. Pelo contrário, ela costuma ser infrequente. Por sua vez, a política em exterioridade –que geralmente é apresentada como “a” política por excelência– ocorre no espaço subjetivo do Estado e se pensa a partir das estratificações sedimentadas por este último. Nela, as pessoas são chamadas a opinar sobre –ou representar– as objetividades existentes a partir de segmentações pré-estabelecidas (por exemplo: “os trabalhadores”) e de acordo com mediações mais ou menos protocolarizadas (consultas públicas, conselhos de salários, eleições).

Poderíamos nos perguntar se não há algum essencialismo na oposição entre interioridade e exterioridade. A resposta a esta questão só pode ser negativa, na medida em que entre a interioridade e a exterioridade não se postula uma diferença de essência, mas de protocolos de pensamento –ou, se preferirmos, de método. Talvez seja instrutivo traçar uma analogia entre dita diferença e aquela que, segundo o Colectivo Situaciones, separa o “saber” do “pensar”: enquanto o saber marcha em direção a um conceito, o pensar consiste em uma produção conceitual que reconhece o devir da realidade em tensão com as significações dadas e, ao fazer isto, torna visível este movimento (Colectivo Situaciones, 2009: 164). Para o Colectivo, pensar é uma “atividade de risco”: “não consiste em produzir representações para os objetos, mas sim assumir a dimensão teórica presente em cada situação” (Colectivo Situaciones, 2002: 10). Uma operação política em exterioridade é equiparável ao “saber” porque pensa o que pode ser –ou o que está sendo– a partir do que se assume como dado. A operação política em interioridade faz o oposto, ou seja, pensa o que é a partir do que pode ser, instaurando no mundo outra linha de devir. Pode-se afirmar que, no geral, as pessoas pensam em interioridade e vivem as conjunturas no registro do que elas poderiam chegar a ser –e não do que são–, ainda quando precisem atuar na maior parte do tempo segundo os protocolos da exterioridade. Pois bem, no momento em que o pensamento em interioridade prolonga-se numa

pragmática coletiva orientada a efetuar suas prescrições (i.e. seu poder ser), estamos diante de uma sequência política autonômica cuja realização questiona ou contesta tanto a distribuição existente dos lugares como as possibilidades atribuídas a eles em determinando campo funcional e normativo.

Lazarus propõe, então, que a política em interioridade é da ordem do possível, enunciando o que é a partir do que pode ser –e não o contrário. Para sermos fiéis à lógica intelectual de uma política desse tipo, deveríamos nos ater ao seu processo, pensá-lo em interioridade, sem nunca atribuir-lhe objetos que lhe sejam exteriores, sob risco de obscurecer completamente sua potência inventiva. É necessário pensar a política como o ato e o efeito de construir um domínio de ação que se amplia paulatinamente na medida em que diversos aspectos de uma conjuntura dada vão sendo subjetivados, isto é, vão se tornando pensáveis no registro de um ou mais “possíveis” –leia-se: de uma ou mais mutações intencionais que se sintetizam em “prescrições”. A função do pensamento político das pessoas não é fixar ou representar objetos sempre já discernidos, mas sim empreender um movimento instituinte que coloca o mundo tal e como ele é em tensão com suas possibilidades imanentes. Daí que Lazarus goste de dizer que o pensamento é relação do real não objetual. Partindo dessa premissa, o autor propõe que comecemos a pesquisa social diretamente no campo aberto pela subjetivação de uma conjuntura e que permaneçamos ali até o final. Este campo chama-se “situação”. Um possível é aquilo que situa uma conjuntura, revelando nela um ponto de subjetivação. A conjuntura, por outro lado, seria algo assim como o estado da situação: uma ordem de coisas dada que os possíveis irão desafiar.

Podemos, então, escolher entre pensar a partir do estado da situação ou, inversamente, a partir da situação da conjuntura. O primeiro caminho leva à ciência social descritiva, ao pensamento do que é, do que está dado e, poderíamos acrescentar, do que já foi. Por sua vez, o segundo caminho nos conduziria a acompanhar de perto a inteligência prescritiva das pessoas. Lazarus explica que um dos caminhos

se propõe a apreender [o agora] em face do existente e [o] outr[o] sustenta que, em seu espaço de intelectualidade próprio, o que dá acesso ao que existe agora se elucida abordando o agora como conjunção de possíveis. O possível é, então, o que caracteriza a situação, o que assenta sua intelectualidade. Para as pessoas, o conhecimento de uma situação apreende-se pela identificação de seus possíveis. O possível não é, então, da ordem do porvir, ele é da ordem do que existe. (Lazarus, 2001b: 395).

A detecção de possíveis, ou seja, de prescrições que caracterizam a abertura de uma situação, não garante nenhuma utilidade à pesquisa social. Só “uma política” poderia oferecer tal garantia. Explico: a crítica imanente das “conjunturas” através do acompanhamento empírico das “situações” (subjettivações) consiste, simplesmente, em identificar e enunciar um possível, nada mais. A respeito, Lazarus comenta que “emprender uma boa análise da situação certamente já é complexo, mas a organização da política é o que decidimos fazer” com as prescrições que encontramos no mundo (Lazarus, 2009: 216). “As prescrições são os lugares de atribuição do que é necessário fazer se quisermos praticar uma política em interioridade” (ibid.), isto é, uma política que não esteja baseada numa intelectualidade secundária, mas sim no movimento –ou relação– do real aberto pela singularidade do pensamento das pessoas. Desenvolvendo esta postura, Alain Bertho, amigo de Lazarus, afirma que a política é a “subjettividade de um antagonismo, potencialmente portadora de novas normas de organização” (Bertho, 2006: 4). Pesquisá-la exige, portanto, estar disposto a construir “terrenos”, mas nunca “objetos”. E a forma de pesquisa mais adequada para tal tarefa é “uma pesquisa-ação ou pesquisa participante, dado que sem partilhar a ação sobre a situação, o enunciado da subjettividade dessa situação permanecerá inacessível para nós” (ibid.: 9). Adotar este tipo de protocolo de investigação diz respeito, como já colocou Sylvain Lazarus, ao domínio da liberdade e da decisão própria. O certo, no entanto, é que de escolhas dessa natureza resulta não só a qualidade do nosso compromisso intelectual, mas também os usos concretos que a tarefa de pesquisa poderá assumir no mundo em que vivemos.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Badiou, A. (2012 [1992]). *Condiciones*. Buenos Aires: Siglo XXI.
- Bertho, A. (2006). Du 'grondement de la bataille' à l'anthropologie du contemporain, *Variations* (online), (8), pp. 1-10. Disponível em: <<https://socio-anthropologie.revues.org/1258/>>. Acesso em: 19 dez. 2016.
- Colectivo Situaciones. (2002). *19 y 20. Apuntes para el nuevo protagonismo social*. Buenos Aires: Tinta Limón.
- Colectivo Situaciones y Mezzadra, S. (2009). Gubernamentalidad: frontera, código y retóricas del orden. En: Colectivo Situaciones, comp., *Conversaciones en el impasse. Dilemas políticos del presente*. Buenos Aires: Tinta Limón, pp. 135-165.
- Hayem, J. (2012). The 'Voucher Strike': 'Workers' Political Subjectivities in Post-Apartheid South Africa. *Journal of Asian and African Studies*, 47(5), pp. 516-529.
- Lazarus, S. (1996). *Anthropologie du nom*. Paris: Editions du Seuil
- \_\_\_\_\_. (2001a). Revolution, un mot singulier. *Lignes*, (4), pp. 97-107.
- \_\_\_\_\_. (2001b). Anthropologie ouvrière et enquête d'usine: état des lieux et problématique. *Ethnologie française*, 31(3), pp. 389-400.
- \_\_\_\_\_. (2009). Sur une nouvelle politique contemporaine et sur la philosophie de la politique de Louis Althusser lecteur de Lénine. *Socio-anthropologie* (online), (23-24), pp. 1-14. Disponível em: <<https://socio-anthropologie.revues.org/1258/>>. Acesso em: 22 jul. 2017.
- Moraes, A. (2017). Antropologia crítica e cartografias do poder soberano nas fronteiras do Cone-Sul. *Revista Mundaú*, 1(2), pp. 146 - 165.
- Neocosmos, M. (2009). The Political Conditions of Social Thought and the Politics of Emancipation: an introduction to the work of Sylvain Lazarus. Em: Jacklin Heather y Peter Vale, orgs., *Re-imagining the social in South Africa: critique and post-apartheid knowledge*. Durban: UKZN Press, pp. 111-138.
- Neocosmos, M. (2012). Political Subjectivity and the Subject of Politics: Thinking Beyond Identity from the South of Africa. *Journal of Asian and African Studies*, 47(5), pp. 465-481.

# Antropologia operária: pensar o presente no registro do possível. Estado da questão e problemática<sup>4</sup>

SYLVAIN LAZARUS<sup>5</sup>

TRADUÇÃO: GRUPO DE ESTUDOS EM ANTROPOLOGIA CRÍTICA (GEAC)

Foi no contexto dos anos oitenta, a partir da pesquisa conduzida por mim na Renault,<sup>6</sup> que elaborei as proposições fundamentais da antropologia operária, assim como seus métodos de pesquisa e de análise de entrevistas.

## AS FÁBRICAS E A CONJUNTURA<sup>7</sup>

A conjuntura da época estava marcada por grandes greves –em particular no setor automotivo– que versavam sobre as condições de trabalho, os salários e questionavam a gerencialização (Citroën

---

<sup>4</sup> Agradecemos a Sylvain Lazarus, que muito gentilmente nos autorizou a publicar a tradução deste artigo na revista *Plural*. O texto original foi publicado no ano de 2001 pela revista *Ethnologie française*, vol. 31, nº 3. (N.T.).

<sup>5</sup> É antropólogo, sociólogo e teórico da política. Dá aulas na Universidade Paris 8. Lazarus desenvolveu uma teoria da função social das categorizações políticas, explorando no campo antropológico o que Alain Badiou e Jean-Claude Milner haviam trabalhado, respectivamente, nos campos da filosofia, da linguística e da teoria psicanalítica. Desde os anos 1990, Lazarus focou seu ativismo nos subúrbios franceses. Junto ao antropólogo Alain Bertho ele fundou, em 2008, o Observatoire international des banlieues et des périphéries (OIBP), que produziu estudos na França, no Brasil e no Senegal (N.T.).

<sup>6</sup> Esta pesquisa foi efetuada em 1985 na fábrica da Renault em Billancourt, principalmente nas cadeias de montagem da ilha Seguin, no marco de um contrato entre o conselho nacional das fábricas da Renault (RNUR) e o Centro Nacional da Pesquisa Científica (CNRS). Os resultados da pesquisa foram publicados em um informe de trabalho (Lazarus, 1986).

<sup>7</sup> Sobre a conjuntura singular da África do Sul, ver o artigo de Judith Hayem (Disponível em [https://www.cairn.info/load\\_pdf.php?ID\\_ARTICLE=ETHN\\_013\\_0453](https://www.cairn.info/load_pdf.php?ID_ARTICLE=ETHN_013_0453)).

Aulnay, Renault Flins em 1982), as demissões e a implementação dos planos de retorno para os operários estrangeiros (Talbot Poissy em 1983-1984). Desde o início dos anos 1970, os operários especializados (a partir de agora, OE) formavam, nos diferentes ramos da indústria, e especialmente no setor automotivo, o grupo mais ativo e engajado dos trabalhadores fabris. As greves da Renault (1973)<sup>8</sup> e dos estaleiros navais (1974) foram uma prova disso. O fechamento das usinas metalúrgicas e siderúrgicas, de Lorraine à Longwy, marca, em 1979, outra dimensão da conjuntura: aquela da reestruturação. Por outro lado, esta situação mostrava como eram importantes as condições de demissão e, sob a forma de bônus ou indenizações, o reconhecimento, por parte do empregador, do tempo passado na fábrica. Veremos que esta questão não é apenas material, ou seja, não se reduz ao montante das indenizações por demissão e ao seu cálculo. Trata-se, também, de uma questão que evidencia a relação patrão-empregado e, portanto, o reconhecimento do operário pelo patrão através do cômputo de anos de trabalho na fábrica.

Naqueles anos, a situação geral estava caracterizada por dois aspectos: luta dos OE por um lado e, por outro lado, a reestruturação, os planos sociais e o fechamento das fábricas. No interior desta conjuntura, abriu-se um debate sobre os OE, sobre o trabalho dos OE e sobre a sua categorização como representantes ou não de uma das formas da figura operária contemporânea. Neste ponto, opiniões muito controversas vieram à luz. Em 1983, certo número de funcionários do governo havia declarado, a respeito dos operários da Renault-Flins em luta, que se tratava de “xiitas”, “de pessoas alheias às realidades sociais da França”.<sup>9</sup> Seu estranho objetivo consistia em confessionalizar uma greve e, portanto, sugerir a passagem da categoria de greve operária àquela de greve confessional. “Xiita” era o significante de uma vendeta alarmista (Khomeini encontrava-se no poder no Irã desde 1979) e não de uma característica “operária”. Este ponto precisa ser examinado.

<sup>8</sup> Sobre esta greve, ver o artigo de Laure Pitti. (Disponível em: [https://www.cairn.info/load\\_pdf.php?ID\\_ARTICLE=ETHN\\_013\\_0465](https://www.cairn.info/load_pdf.php?ID_ARTICLE=ETHN_013_0465))

<sup>9</sup> Gaston Deferre, ministro do interior, 26 de janeiro de 1983. Pierre Mauroy, primeiro ministro, 27 de janeiro de 1983.

O que o qualificativo “xiita” buscava sinalizar? Formalmente, trata-se de uma religião, de uma das expressões do Islã; “xiita” evoca o “islã”, que evoca o “árabe”, que evoca o “imigrante”. A operação explícita consiste, então, em associar, no contexto de uma greve, “imigrante” e “xiita”, imigrante e islã, em substituição à associação entre imigrante e operário. Do meu ponto de vista, é digno de nota que esta confessionalização, a qual também poderia ser chamada de “abordagem cultural”, faz com que a figura operária desaparecesse completamente. Por quê? A pesquisa que eu realizei entre os operários da Renault em 1985-1986 (Lazarus, 1986) evidencia que, a partir dos anos 1980, a figura operária não pode se constituir de outro modo senão vinculada à fábrica e no espaço interno desta.

Os OE de Billancourt indicarão claramente que a visão que eles têm dos operários já não se estrutura através das noções de classe, de classe operária, de movimento operário, noções que eram cardeais e efetivas no período precedente e que propunham, em particular, um dispositivo único de categorias circulantes entre fábrica e sociedade. A categoria de classe permitia enunciar e pensar os operários na fábrica e, ao mesmo tempo, no espaço da sociedade em face da política do Estado. Este período encerrou-se diante dos olhos de todos no início dos anos oitenta<sup>10</sup>. A eleição de François Mitterrand para a presidência da República poderia constituir um bom marco de datação. Na nova conjuntura –que eu proponho denominar “pós-classista”– a identificação da figura operária vai exigindo, paulatinamente, que levemos em conta a imbricação entre operário e fábrica<sup>11</sup>: é no interior do espaço da fábrica que uma nova figura encontra seus termos, suas marcas e seu modo prático de expressão e de ação.

Sendo assim, as propostas apresentadas por Pierre Mauroy e Gaston Deffere de substituir o operário pelo “xiita” tornam-se inteligíveis se forem situadas, deliberadamente, neste período pós-classista. A preempção ou encerramento da ideia de classe, se

---

<sup>10</sup> Ver, por exemplo, Alain Tourraine (1992).

<sup>11</sup> A questão do pós-classismo é apresentada em todos os artigos, particularmente no de Anne Duhin (Disponível em: [https://www.cairn.info/load\\_pdf.php?ID\\_ARTICLE=ETHN\\_013\\_0413](https://www.cairn.info/load_pdf.php?ID_ARTICLE=ETHN_013_0413)).

não vier acompanhada de uma associação da figura operária ao espaço da fábrica, tem por efeito e por consequência tornar indistintos, errantes e sem norma os possíveis no tocante à figura operária. Dado que a ideia de classe operária já não permite representar os operários na sociedade (Lazarus, 1986), por que não propor então que, na sociedade, é a religião dos trabalhadores que os identifica? A partir do momento em que a identificação dos operários não se dá a partir do espaço da fábrica, qualquer tentativa de identificação na sociedade, na época pós-classista, é na verdade uma desidentificação, uma confessionalização, uma caracterização cultural e, portanto, comunitária, étnica. O fato de que isto tenha conduzido um primeiro ministro a sustentar, a respeito dos operários em greve por suas condições de trabalho, propostas repressivas e antiterroristas poderia ser analisado como a faceta pejorativa de uma abordagem dos operários mediante outros critérios que não os da sua vinculação com o espaço da fábrica. Se tal abordagem não se der em referência ao espaço da fábrica, ela ocorrerá através da evocação de um traço societário, apresentado sempre como uma diferença negativa que justificaria as políticas destinadas a combatê-la. “Xiitas” em 1983 para os OE do setor automotivo, “arcaicos” em 1995 para o ferroviários em greve: a lógica é idêntica.

### DA “CONSCIÊNCIA OPERÁRIA” AO ENUNCIADO “OS OPERÁRIOS PENSAM”

Outro elemento da conjuntura da pesquisa conduzida em 1985 diz respeito à própria figura dos OE: tem menos a ver com a dureza do trabalho dos OE do que com seu caráter eventualmente obsoleto e, deste modo, com o caráter eventualmente obsoleto do trabalho operário em si mesmo. Alguns especialistas previram o fim do trabalho operário, graças à robótica e à informática. Por sua vez, o sindicato CGT (Confederação Geral do Trabalho) havia desencadeado uma grande campanha, dentro e fora das fábricas, cujo *slogan* era “Vida de OE, vida partida”. Que teses subjazem a esse enunciado, que foi objeto de uma massiva campanha publicitária? Primeira observação: se OE pode ser entendido como a designação de um posto e de um tipo específico de trabalho,

poderíamos dizer que é o posto de trabalho que, no enunciado “Vida de OE, vida partida”, decide a vida e, mais ainda, que a vida do OE não é una: está partida. Estamos, então, numa dialética da determinação da vida e de seu sentido em referência ao posto de trabalho. Neste caso, o que opera não é estritamente a dialética entre as condições materiais e as formas de consciência, mas sim a dialética entre o posto de trabalho e o valor atribuído à vida. Aqui não se trata de uma tese pós-classista como a de Mauroy, mas sim de uma tese que se mantém no classismo e, ao mesmo tempo, tenta ajustar-se à nova conjuntura. Esta tese mantém-se, de fato, dentro do classismo. Mesmo quando ela põe em perspectiva o posto de trabalho e a vida, a relação entre ambos é dialética (o posto de trabalho é interno à fábrica e a vida é, simultaneamente, interna e externa à fábrica). Já não é mais a “classe operária” que circula no léxico do interior da fábrica em direção ao exterior da fábrica através do dispositivo movimento operário/sindicato operário/partido operário<sup>12</sup>. Fazendo uma analogia fenomenológica, poderia dizer que estamos diante de uma existencialização dessa categoria circulante que é “vida”.

Se o caráter pessimista e desprestigiante desta proposição era notável (da mesma forma que a consciência, a vida não pode ser deduzida das formas concretas da divisão do trabalho ou das características das máquinas e dos gestos de quem as ativa), também ficava evidente seu aspecto mecanicista.

Abre-se, então, uma pergunta que estrutura a proposta geral da antropologia operária: dado que as características da produção não determinam as formas de consciência e as representações, como, então, refletir sobre estas últimas e tentar conhecê-las? Se a figura operária não pode mais ser deduzida das formas de consciência coletiva de um grupo (a consciência operária), outrora constituída objetivamente –a classe operária–, então é necessário construir um novo dispositivo de pesquisa e análise do campo intelectual dos operários<sup>13</sup>. Abandonemos o enunciado classista

---

<sup>12</sup> Ver o artigo de Samia Moucharik (Disponível em: [https://www.cairn.info/load\\_pdf.php?ID\\_ARTICLE=ETHN\\_013\\_0401](https://www.cairn.info/load_pdf.php?ID_ARTICLE=ETHN_013_0401)).

<sup>13</sup> Ver, a respeito, a nota de leitura de Laurence Kuidid e Myriam Hidouci (Disponível em: [https://www.cairn.info/load\\_pdf.php?ID\\_ARTICLE=ETHN\\_013\\_0497](https://www.cairn.info/load_pdf.php?ID_ARTICLE=ETHN_013_0497)).

—que sustentava a existência da consciência operária— em benefício de uma proposição pós-classista que estrutura o espaço da antropologia operária. Em sintonia com o que disse Lévi-Strauss a respeito de todos os seres humanos —inclusive os “selvagens”—, afirmemos o seguinte: *os operários pensam*. Como seria possível, então, conhecer o que eles pensam e, mais ainda, identificar a eventual singularidade do seu pensamento? Mais precisamente, quando o pensamento dos operários aplica-se ao espaço da fábrica, o que eles pensam? Estando no interior desse espaço, o que eles pensam daquilo que não é esse espaço, ou seja, a sociedade? E, finalmente, no interior desta nova sequência, pós-classista, o que pensam eles acerca da sequência anterior, que era classista?

## PESQUISAS

Levando em conta meu conhecimento e meu interesse de longa data pelas situações de fábrica —eu fiz, em particular, uma pesquisa na fábrica Talbot de Poissy em 1983, no momento de sua ocupação contra o plano de reestruturação—, propus um trabalho centrado no estudo das formas de consciência e de representação elaboradas no espaço de trabalho. Tal proposta foi apresentada no contexto do GRECO 13 (migrações internacionais), vinculado ao CNRS (Centre National de la Recherche Cientifique),<sup>14</sup> do qual eu fazia parte desde minha pesquisa sobre as necessidades de treinamento e capacitação de jovens argelinos na França (Lazarus, 1982; Lazarus, 1985). O GRECO 13 havia recebido a incumbência de organizar um programa de pesquisa sobre os OE no marco de um convênio de investigação entre o CNRS e o Diretório Nacional da Renault.

O convênio de investigação CNRS/Renault agrupou uma dúzia de equipes, cada uma com seu tema de pesquisa. Entre elas, cabe mencionar, particularmente, as equipes de Abdelmalek Sayad e Renaud Sainsaulieu (Sainsaulieu & Zehraoui, 1995; Sayad, 1986).

<sup>14</sup> O GRECO 13 era um dos Grupos de Pesquisas Coordenadas do Conselho Nacional de Pesquisa Científica (CNRS, na sigla em francês). Dedicava-se à temática das migrações internacionais. Dele participaram importantes pesquisadores, como Abdelmalek Sayad (N. T.)

As entrevistas foram realizadas em Billancourt ao longo de três meses, durante a primavera de 1985. Os entrevistados foram selecionados por sorteio na lista de operários das cadeias de montagem. Este método tem muitas vantagens: ele evita a interferência das redes dos chefes, dos sindicatos e dos próprios operários (família e parentes) e permite, além disso, oferecer uma resposta clara e crível à pergunta que os operários colocam já nos primeiros momentos das entrevistas, a saber: “como e por que vocês me escolheram? Quem deu meu nome para vocês?”. Nós explicávamos para cada um deles que havíamos numerado os nomes dos operários que figuravam nas listas das cadeias de montagem seguindo a ordem alfabética, de 1 a n, e que tínhamos sorteado o primeiro, o quinto, o décimo, o décimo quinto, etc. Pouco a pouco, a informação sobre a existência de nossa pesquisa se disseminou entre os operários, assim como o fato de que nós estávamos interessados em saber o que eles pensavam. Também se tornou amplamente conhecido o modo de seleção dos entrevistados, mediante sorteio.

Em estudos posteriores, ficou confirmada a importância daquilo que eu chamo de “reputação da pesquisa” entre os operários e a relevância da escolha dos entrevistados por sorteio. Em 1989, na China, na fábrica número 1 de maquinaria pesada de Cantão (Lazarus, 1996: 233-249), já durante as primeiras entrevistas, depois de fazermos muitas reuniões para apresentar a proposta de estudo aos operários, um deles veio até nós para dizer que os trabalhadores de sua oficina haviam discutido longamente sobre a pesquisa e que, ao fim e ao cabo, decidiram acolhê-la favoravelmente. Nosso trabalho foi considerado bem-vindo por esses interlocutores.

A prática do sorteio dava consistência e fiabilidade à apresentação da pesquisa que nós costumávamos fazer no início de cada entrevista, insistindo sempre no fato de que contávamos com a autorização da direção da empresa, mas não trabalhávamos para eles, éramos universitários e pesquisadores absolutamente independentes da companhia. A seleção de entrevistados através de sorteio era percebida como uma mostra dessa independência.

Acrescentemos, ainda, que graças ao sorteio e dado o número de entrevistas que fazíamos, as características das pessoas com as

quais nós dialogávamos eram muito similares às características da população geral das oficinas ou das cadeias de montagem: idade, sexo, posto de trabalho, antiguidade na empresa, qualificação. Sempre nos foi possível constatar, *a posteriori*, que a composição do grupo de entrevistados constituído pelo sorteio era amplamente fiel ao grupo geral de trabalhadores em cada setor da fábrica. Não há nada de surpreendente nisto – existe uma regra estatística bem conhecida que garante esses resultados com a condição de que o número de pessoas selecionadas seja suficiente em relação ao conjunto da população considerada. Contudo, meu propósito não é exatamente sugerir a composição de uma amostra representativa e a aplicação, por exemplo, do método das cotas. Quero apenas reiterar a seguinte constatação: o sorteio dos operários é percebido, em razão de seu caráter aleatório, como um método claro e efetivamente independente das diferentes hierarquias da fábrica.

As entrevistas aconteceram durante o tempo de trabalho, em locais próximos às cadeias de montagem e o mais neutros possíveis. Estava claro, por exemplo, que a entrevista não poderia ser feita no gabinete do gerente. Utilizamos amplamente as salas de descanso. As entrevistas duravam, em média, duas horas, às vezes mais. A língua de comunicação era, geralmente, o francês e, em alguns casos, o árabe, idioma dominado por um dos membros da equipe. No início de cada entrevista, informávamos que a regra da confidencialidade seria praticada e recordávamos que a participação era estritamente voluntária, sendo possível recusar e entrevista ou interrompê-la a qualquer momento. Em todas as pesquisas realizadas até agora sob estas condições, houve pouquíssimas recusas ou interrupções das entrevistas. Mas, nem por isso, podemos ignorar que estas situações existiram. Trata-se, a meu ver, de fatos significativos, pois indicam que a possibilidade de recusa é real e que, em conseqüência, quem aceita responder o faz de maneira deliberada.

Uma questão seguidamente colocada no início das entrevistas dizia respeito ao uso dos resultados do estudo: “o que vocês vão fazer com isso? Vai servir para quê?”. A resposta consistia, sempre, em indicar que se tratava de uma pesquisa sobre o que

pensam os operários, que esta pesquisa era absolutamente independente da direção da empresa, que o resultado seria um informe ou um livro escrito a partir do que os operários dissessem, que cada um dos entrevistados poderia ler esse livro –inclusive a diretoria da fábrica–, mas que os usos decorrentes dessa leitura seriam, evidentemente, fruto das escolhas pessoais de cada leitor. Esta resposta era sempre bem recebida. Nós ainda acrescentávamos que o pensamento dos operários costumava ser desconhecido, ao passo que se multiplicavam os conhecimentos sobre os diretores de empresas, quadros gerenciais e engenheiros. Também dizíamos aos operários que o interesse da pesquisa –se é que havia algum– consistia em dar a conhecer o que pensavam os trabalhadores desta ou daquela fábrica.

### UMA ANTROPOLOGIA DAS PALAVRAS PROBLEMÁTICAS

Peça central do dispositivo de pesquisa, o roteiro de entrevista, organizado em capítulos temáticos, continha dois tipos de questões. Por um lado, questões de natureza factual, biográfica –as denominaremos “descritivas”: idade, situação familiar, antiguidade no trabalho, posto ocupado, trajetória profissional, etc. Por outro lado, havia questões que indagavam sobre o pensamento. Solicitávamos avaliações ou teses relativas a certas palavras cuja significação, o sentido e a inteligibilidade estão, hoje em dia, abertos e em debate: “operário”, “trabalho”,<sup>15</sup> “ofício”,<sup>16</sup> “fábrica”, “imigrante”, “gerente”.<sup>17</sup> Para os operários entrevistados, que tipo de proposições ou teses decorrem da palavra “operário”? A tese é a seguinte: em Billancourt (Lazarus, 1986), na China (Lazarus, 1996) ou ainda nos ex-países socialistas (Lazarus, 1992), os operários não formam um grupo, não formam um conjunto, não formam uma classe. “Operários” não consiste, portanto, em uma entidade sociológica aos olhos dos meus interlocutores. A questão não é referendar ou

<sup>15</sup> Ver, sobre essa categoria, o artigo de Marianne Hérard (Disponível em: [https://www.cairn.info/load\\_pdf.php?ID\\_ARTICLE=ETHN\\_013\\_0431](https://www.cairn.info/load_pdf.php?ID_ARTICLE=ETHN_013_0431)).

<sup>16</sup> Ver o artigo de Athena Kassapi (Disponível em: [https://www.cairn.info/load\\_pdf.php?ID\\_ARTICLE=ETHN\\_013\\_0423](https://www.cairn.info/load_pdf.php?ID_ARTICLE=ETHN_013_0423)).

<sup>17</sup> Ver o artigo de Delphine Corteel ([https://www.cairn.info/load\\_pdf.php?ID\\_ARTICLE=ETHN\\_013\\_0441](https://www.cairn.info/load_pdf.php?ID_ARTICLE=ETHN_013_0441)).

descartar esta tese, mas constatar que é a tese dos operários. Convém aprofundar meu argumento sobre este ponto.

Uma questão de método deve ser sublinhada na antropologia operária: o pensamento dos operários é apreendido a partir de certas palavras, ou ainda, através de algumas palavras. Este é o ponto de partida para o que deveríamos chamar de “antropologia das palavras problemáticas”. É a palavra que conduz o pensamento. Nesta ótica, as pessoas entrevistadas – neste caso, os operários da Renault – não são informantes, mas sim interlocutores. A passagem do informante ao interlocutor é solidária à ambição de estabelecer uma antropologia do pensamento das pessoas. Esta última é diferente de uma antropologia cientificista, na qual as pessoas são entendidas de acordo com a construção do real operada pelo próprio pesquisador (Bourdieu, 1993: 9-11). É através de certas palavras – que eu denomino “problemáticas” – que se dispõe a intelectualidade<sup>18</sup> do pensamento das pessoas. Isto exige do pesquisador uma ruptura intelectual da mesma ordem daquela estabelecida em relação ao antropocentrismo. Tal ruptura poderia ser descrita da seguinte forma: a relação estabelecida centra-se na construção da escuta não no interior da frase, a qual resulta de um modelo discursivo tributário do saber, mas sim a partir de um modelo não discursivo que emerge em certas palavras, chamadas “*palavras problemáticas*”.

Existe um forte vínculo entre o modelo discursivo, a proposta definicional e a polissemia das palavras. Mais concretamente, a palavra chamada “problemática” no pensamento das pessoas aparece, no pensamento discursivo, como polissemia: a polissemia da palavra “operário” ou da palavra “política”, por exemplo, não é intrínseca à palavra em si, senão que forma um elemento do seu estatuto na intelectualidade discursiva. Dito de outro modo, a polissemia pertence ao estatuto discursivo. Para romper com a polissemia, o pensamento discursivo vai estabelecer uma língua e uma intelectualidade particulares em termos de definição e de objeto. O único método de suspensão da polissemia seria, então, a proposta defini-

<sup>18</sup> Denomino “intelectualidade” a forma como um pensamento singular se pensa. Trata-se, então, de um campo intelectual próprio.

cional –que, por definição, suspende a polissemia. Esta forma de colocar os problemas diz respeito ao método durkheimiano. Este último opõe pré-noção e ciência (Durkheim, 1990) no concernente às ideias formuladas sobre o real. A pré-noção situa-se do lado do erro, enquanto a ciência encontra-se do lado do rigor das ideias. Estamos, portanto, em uma rede de pensamento comparável àquela do par ideologia/ciência<sup>19</sup>. Eu proponho algo diferente. Para mim existe uma intelectualidade específica da abordagem discursiva. É do interior dessa intelectualidade que se projeta o par ideologia/ciência. Em minha proposta, a palavra é considerada como operando num campo diferente do campo discursivo.

Existem, então, duas abordagens das palavras: uma concentrada sobre a polissemia, cuja suspensão compete à abordagem definicional –na intelectualidade discursiva, é a definição e o discurso duto que resolvem a polissemia. Outra na qual não existe polissemia, mas sim oposição de prescrições: toda polissemia é, então, suspensa pela oposição de prescrições. A diferença entre prescrições opostas e polissemia pode ser enunciada assim: a oposição de prescrições está constituída pela oposição de teses e enunciados, enquanto que, na polissemia, eles estão ausentes.

O que devemos entender por “prescrição”? Em primeiro lugar, a prescrição é uma atribuição de intelectualidade não definicional: a palavra é “fixada” por outra coisa, não por uma definição. Em segundo lugar, dado que a prescrição rompe com a definição, ela não gera uma intelectualidade que versa sobre o que é, mas sim uma intelectualidade cujo registro próprio é o do possível – voltarei sobre esta última noção. Prescrição e definição formam duas abordagens desconexas em relação às palavras. Mas o que quer dizer “possível”? Uma abordagem baseada na avaliação objetiva das

---

<sup>19</sup> “Porque essas noções [essas imagens sensíveis, essas espécie de conceitos grosseiros formados no espírito] estão mais próximas de nós e ao nosso alcance que as realidades às quais elas correspondem, nós tendemos, naturalmente, a colocá-las no lugar dessas realidades e transformá-las em matéria de nossa especulação. Em vez de observar as coisas, descrevê-las, compará-las, nos contentamos com tomar consciência de nossas ideias, de analisá-las, de combiná-las. Em vez de uma ciência da realidade, não fazemos outra coisa senão uma análise ideológica” (Durkheim, 1990: 15).

coisas pode desembocar em prognósticos, cenários, tendências ou determinismos. O possível não pode ser entendido desta forma. No primeiro registro, o propósito do pensamento é desvendar a lógica do real. No segundo, seu propósito não consiste em articular teses sobre o que é. Aqui, o campo de intelecção apresenta-se de outra maneira: a questão do que é não emerge senão em face do que pode ser. O real não é atribuído ao que é, mas sim a uma ordem de prescrições contraditórias. Adianto uma citação sobre o qual terei a oportunidade de deter-me com mais calma: “Na fábrica me chamam de operário, fora da fábrica me chamam de imigrante porque se esqueceram de que eu sou operário” (Lazarus, 1986: 121). Aqui, o espaço do real é a oposição entre sociedade e fábrica. Por um lado, o sujeito falante é atribuído à fábrica e mantido na figura do operário e, por outro lado – o da sociedade –, a figura operária é negada e substituída pelo termo “*imigrante*”. Neste caso, não podemos falar de polissemia da palavra, mas de prescrições opostas. De modo que há duas ordens do real, constituídas por duas prescrições alternativas: numa ordem, o operário é atribuído à fábrica e preserva-se a figura operária; na outra ordem, ele é atribuído à sociedade, de modo que a figura operária desaparece em favor do qualificativo “*imigrante*”.

Vemos bem como a prescrição resolve a polissemia em um dispositivo que não é definicional. Se supusermos que a polissemia é intrínseca ao pensamento discursivo, então as palavras problemáticas não serão mais identificadas pela sua polissemia, mas sim pela categoria de prescrição. É através das prescrições –porque não há apenas uma– que a palavra é submetida a algo diferente de uma definição. As palavras problemáticas são aquelas a propósito das quais existe um conflito de prescrições. A partir deste conflito passa a existir uma multiplicidade de possíveis. Entre o programa discursivo ou cientificista e aquele proposto por mim há duas diferenças: em primeiro lugar, a abordagem se dá pela palavra, e não pela definição. Em segundo lugar, existe uma diferença no concernente à construção do real (Lazarus, 2000: 33). De fato, no programa discursivo, o real, apreendido a partir do que é, é único. Em minha proposta de uma antropologia do pensamento,

o possível abre-se a um conflito de prescrições (há muitos possíveis) e cada prescrição sustenta uma ordem diferente do real. Porque há confrontação de prescrições e confrontação efetiva de diferentes teses sobre o real, o pensamento é confrontado com uma escolha que não se dá entre o verdadeiro e o falso, o imaginário e o racional, mas sim entre diferentes ordens do real: tomar a sociedade como referencial da figura operária consiste em fazer esta última desaparecer, como demonstram os resultados da pesquisa na Renault. Isto não é uma “falta” cognitiva, mas sim a escolha de uma prescrição em detrimento de outra.

A conseqüência essencial do método é considerar o enunciado como contendo, ele mesmo, a prescrição e um conflito de prescrições. Não se trata de uma problemática da contradição dialética ou dualista, nem de uma problemática do engajamento e da liberdade. Segundo esta postura, um enunciado constitui-se, assim como suas palavras problemáticas, no entrelaçamento dos seus possíveis, que não são outra coisa senão a multiplicidade das prescrições. Na proposta discursiva, o dispositivo é diferente: ele coloca em evidência determinados pares. Por exemplo: pré-noções e representações, ideologia e ciência. Este pensamento não propõe uma multiplicidade, porque nele só existe uma ordem do real: a da ciência. Para a visão doutra, é a proposição que conduz o pensamento. Recordemos a injunção de Durkheim: “é necessário considerar os fatos sociais como coisas” (*op. cit.* : 15). O pensamento é, então, sempre proposicional, da ordem do predicado, da frase. É a frase que porta a inteligibilidade. Já para a antropologia do pensamento das pessoas, é a palavra que porta a inteligibilidade. Nisso que se convém chamar de ciências sociais, onde a cientificidade está no espaço da frase e não no da equação, como na física, a língua comum e corrente é invalidada como suporte possível de intelectualidade. Contudo, existem intelectualidades nas quais o pensamento não se constitui no suporte da frase, mas sim no suporte das palavras.

Na abordagem doutra ou sábia, é o real, enquanto objeto, que é visado através da própria ideia de objeto e de sua construção. Conhecer é conhecer o que é, seja sob a forma de leis, de estruturas ou de tipos ideais. A categoria do real que eu proponho aqui implica a categoria do possível e se apresenta de acordo com a se-

guinte fórmula: o pensamento “é relação do real” (Lazarus, 1996: 17 e 67). Nesta fórmula, não é o ser das coisas constituído pelo objeto que é visado, mas a categoria de possível, como categoria de intelectualidade.

### *A questão do possível especifica o pensamento das pessoas*

Uma antropologia do pensamento, tal como eu a concebo, encontra-se confrontada com o seguinte: a categoria do “possível” é a categoria através da qual se constitui o pensamento. Que uma situação possa ser apreendida pelos seus possíveis é uma inversão aos olhos do pensamento historicista e científico, para o qual é a investigação precisa do que é –em termos de determinismo, de causa ou de lei– que permitiria responder à indagação sobre o que poderia vir a ocorrer. O possível é, então, inteiramente subordinado ao existente.

No pensamento das pessoas, é através do possível que se identifica o real. A pesquisa do que é participa subordinadamente da pesquisa do que pode ser. A pesquisa difere segundo seu enquadramento na categoria “possível” ou na categoria “existente”.

O “existente” poderia ser associado a uma visão estática e o “possível” a uma visão dinâmica. O primeiro remeteria à busca do equilíbrio e das recorrências. O segundo enfatizaria os desequilíbrios e as rupturas. Mas esta diferenciação é amplamente insuficiente. Trata-se de dois pensamentos diferentes: o primeiro é analítico e descritivo, interroga-se sobre o que é; seja qual for a eventual complexidade dos protocolos de pesquisa e de suas descobertas, este tipo de pensamento propõe o estado científico dos lugares. O segundo pensamento é prescritivo e sua entrada principal é a questão do possível.

É essencial não considerar que estas duas problemáticas proporem temporalizações diferentes, uma orientada ao presente, a outra orientada ao futuro, e que ambas poderiam ser conjugadas, a primeira delas abrindo-se sobre o agora e a segunda sobre as perspectivas de evolução e porvir. Não existe nenhuma diferença em termos de temporalização entre estas duas propostas. A relação com o tempo não intervém de nenhuma forma. Tanto uma como a

outra se pronunciam sobre o real, visam o agora, o “aqui e agora”. Contudo, uma das abordagens se propõe a apreendê-lo em face do existente e a outra sustenta que, em seu espaço de intelectualidade próprio, o que dá acesso ao que existe agora se elucida abordando o agora como conjunção de possíveis. O possível é, então, o que caracteriza a situação, o que assenta sua intelectualidade. Para as pessoas, o conhecimento de uma situação apreende-se pela identificação dos seus possíveis. O possível não é, então, da ordem do porvir, ele é da ordem do que existe.

### *O possível como apreensão da categoria de presente*

Nossa abordagem se propõe a identificar e analisar as prescrições, isto é, os pensamentos que não são repetição, recorrência, lei, mas sim o novo e a ruptura. Entretanto, não se trata de uma posição problemática que, através do novo e da ruptura, reintroduziria a revolta e a convulsão social, ou ainda, a revolução.<sup>20</sup> Se fosse assim, estaríamos diante de uma nova tentativa de historização baseada na oposição de duas formas de pensamento: uma que refletiria sobre o mesmo e a lei nos processos históricos —é o que sustenta, tendo em vista seus objetos preferenciais de estudo, a história da longa duração—; e outra que sustentaria que é a história das rupturas, das transformações, das mutações, das revoluções que se situa no coração da ordem das coisas. A primeira partiria da ideia da ordem e a outra, da desordem. A primeira favoreceria a estabilidade e a segunda favoreceria a mudança.

Num sentido diferente, o possível, segundo minha perspectiva, é uma categoria do pensamento das pessoas: essa proposição opõe-se, evidentemente, a todas as tentativas de atribuir o possível ao que virá ou ao que pode vir, identificando a noção de “dado” àquilo que já aconteceu. Isto é o que argumenta Marc Bloch na *Apologie pour l'histoire*.<sup>21</sup> Para ele, estas são as características dos fatos em si

<sup>20</sup> Lazarus, 2001.

<sup>21</sup> “O porvir é aleatório, o passado é um dado que não deixa lugar ao possível... A incerteza está, então, em nós, em nossa memória e na dos testemunhos. Ela não está nas coisas” (Bloch, 1974: 107). Em *Antropologia do Nome eu proponho uma análise do tempo histórico em Marc Bloch (1996: 139-149)*.

mesmos: o que aconteceu é o dado; o que acontecerá é da ordem do possível. Para o pensamento historiador (*la pensée historienne*), a oposição entre passado e futuro é constitutiva, ao passo que a categoria “presente” é estendida entre duas linhas de fuga: uma fugindo em direção ao passado, constantemente aumentada pelo passar dos dias, e a outra escoando rumo ao porvir, constantemente atualizada pela sucessão temporal.

No historicismo, o par passado/futuro, apreendido pela categoria “existente”, é referencial: a categoria do presente não possui estatuto e devém impensável. O historicismo não pode amparar-se na categoria do presente. Como, então, elaborar essa categoria?

Ela não consiste em um indicador cronológico, útil à datação. A categoria “presente”, para ser utilizada, exige uma problemática própria, que consiste em apreender o que acontece em face do que acontece, e não em identificá-lo tendo em vista o que lhe é precedente. A categoria “presente” aplica-se, então, tanto ao que está acontecendo quanto ao que aconteceu. Poderíamos apreender o que está acontecendo a partir da consistência própria das situações? Ou deveríamos fazê-lo em face do que já aconteceu e do que veio a ocorrer, ao estilo da abordagem causal em história, a qual, para explicar um fenômeno, pesquisa suas causas e também analisa-o a partir de suas conseqüências? Onde quer que estejam situados no tempo, os fatos estudados pelo pensamento historiador são submetidos ao mesmo tratamento destinado à categoria “presente”: eles são examinados por suas causas, seu passado e por suas conseqüências, seu porvir.

O presente, dimensão essencial das conjunturas, escapa à pesquisa causal, comparativista e diferencial. Esta última não pode jamais analisar um processo ou um fenômeno exclusivamente do interior dele mesmo. Em outras palavras, não pode analisá-lo em subjetividade. Para o historiador Marc Bloch, o presente equivale a um hápax: “uma experiência única é sempre incapaz de discriminar seus próprios fatores e, por conseguinte, de proporcionar sua própria interpretação” (*Op. cit.*: 47). A proposição é incrível: a Revolução Francesa só aconteceu uma vez, assim como a Primeira Guerra Mundial, a crise de 1929. Bloch sabe muito bem disso. Mas, mesmo

reconhecendo a singularidade dos acontecimentos, ele sustenta que a intelectualidade dos acontecimentos é aportada por aquilo que não é singular na singularidade. A história de longa duração tem a força de aminorar os eventos em benefício das invariantes estruturais e das recorrências. Contudo, na história de longa duração, não só não existe a categoria do “presente”, senão que o dispositivo passado/futuro inscreve o futuro como antecipação vindoura do próprio passado. Só há uma categoria –o passado– que se conjuga em três tempos: o passado, o presente e o futuro.

O historicismo não está em condições de tanger a categoria “presente” e, por conseguinte, tampouco pode assimilar a categoria de “possível”. Quando Marc Bloch atribui a categoria “possível” ao futuro, ele a exclui do pensamento historiador. Recaímos na mesma conclusão. Se a história é uma ciência do dado, e não do possível, ela devém, então, exclusivamente uma ciência do passado, próximo ou distante. O debate proposto por mim não versa sobre os limites da noção de passado: distante ou muito próximo, ou, para empregar as comparações climatológicas de certos historiadores, resfriado ou ainda quente (“história fria”/“história quente”). O debate não é esse. O debate real consiste em escolher entre o par passado/futuro e o par presente/possível, especialmente quando “presente” e “possível” aplicam-se tanto ao que está acontecendo quanto ao que aconteceu.

Por que não falar, então, para definir minha abordagem, de uma “antropologia histórica” baseada nas categorias “presente” e “possível” e oposta à abordagem historiadora, que procede pela pesquisa do antes e do depois? Porque a investigação baseada nas categorias “presente” e “possível” não provém do método de pesquisa praticado pela história. Ela trabalha sobre as palavras –que não são as palavras da história (Rancière, 1992)–, sobre o pensamento das pessoas que se desdobra em intelectualidades singulares às quais podemos acessar a partir das palavras empregadas e das teses singulares que elas constituem.

O estudo da prescrição tem como ferramentas as categorias “presente” e “possível”. A prescrição enuncia um possível que não está referido ao que vem, mas ao presente: no enunciado, a prescrição está no presente, na medida em que ele é um enunciado.

É, então, através de sua intelectualidade que o enunciado implica o presente, e não mediante sua efetuação ou sua materialização engajada. Sem chegar ao radicalismo de Jean-Jacques Rousseau –no preâmbulo do Contrato Social, ele anuncia peremptório: “Começemos varrendo todos os fatos”, sustentando, assim, que seu pensamento não procede da investigação estrita e direta dos fatos–, direi que a prescrição, sem prejuízo de que ela se efetue, materialize ou seja colocada em funcionamento, identifica-se como uma intelectualidade, isto é, como uma tese.

### *Da prescrição em situações de greve ou de luta de fábrica*

Em 1991, a STECO, uma indústria de fabricação de baterias para automóveis –um tipo de produção onde as condições de trabalho são muito duras (em particular devido ao ácido e ao chumbo, componentes das baterias)–, decidiu fechar sua sede de Genevilliers e demitir várias centenas de operários e operárias. A fábrica foi ocupada e discussões intensas ocorreram entre os trabalhadores e a diretoria, em particular sobre as indenizações por demissão – não apenas seu montante, mas também seus destinatários. Em uma discussão desencadeada na fábrica ocupada, o patrão afirmou que só pagaria indenização aos operários antigos e que jovens, mulheres e recém contratados seriam excluídos do benefício. A assembleia de grevistas rechaçou a proposta. O patrão retirou-se dizendo que não cederia. Abriu-se, então, uma longa sequência de discussão sobre os seguintes pontos: quem, na fábrica, conta os operários? Quem decide que alguns devem ser considerados como tais e outros não?

A posição dos grevistas-ocupantes era a seguinte: a indenização por demissão, paga pela diretoria, reconhecia que é o patrão quem demite, não é o operário quem decide ir embora. Isto indicava que os responsáveis pela demissão causavam um dano aos operários da fábrica; dano atestado e compensado de maneira débil pela indenização. Neste sentido, os grevistas enunciavam que, do ponto de vista do patrão, aqueles que recebiam a indenização eram contados como operários, ao passo que quem não a recebia ficava de fora dessa contagem: o patrão contava quem era trabalhador da fábrica e quem não era.

O debate foi finalmente concluído com a tese segundo a qual havia duas formas possíveis para saber quem era operário da fábrica: a contagem dos operários pelo patrão e a contagem dos operários pelos próprios operários. A assembleia dos grevistas exigiu que a indenização fosse paga a todos, homens e mulheres, jovens e velhos, empregados recentes ou não: este era o princípio da contagem. Não se tratava apenas de dizer que “um vale por um”, ou seja, que um operário vale por um operário. Havia questões mais complexas em jogo, menos formais: ceder sobre “um operário é um operário” ou excluir algumas pessoas da contagem, diluía a palavra “operário” e, mais ainda, colocava em questão a possibilidade de os operários contarem os operários e dizerem quem eles são. Aqui, é possível depreender uma prescrição, a qual se constitui a partir da palavra (“operário”) e num feixe de possíveis marcados por prescrições contraditórias.

Depois de muitas peripécias, que incluíram uma expedição dos grevistas do interior a outras sedes da empresa, a diretoria terminou por se dobrar à prescrição dos operários e a indenização por demissão foi paga para todos os trabalhadores.

Neste exemplo, o enunciado da prescrição precede em várias semanas sua efetuação. Fica claro que duas prescrições opõem-se: quem conta os operários? Quem os nomeia como tais? O patrão ou os próprios operários? A prescrição não é uma reivindicação. É uma tese, um princípio. A reivindicação enuncia-se assim: “indenização para todos”; a prescrição sustenta o seguinte: “é o operário que conta o operário, não é o patrão quem o faz, indenização para todos”. Seria falso dizer que a prescrição é um princípio (“é o operário que conta o operário”) somado a uma reivindicação (“indenização para todos”). “Indenização para todos” está completamente subordinado – é interior – ao possível introduzido por “é o operário que conta o operário”.

Se estivermos de acordo sobre a efetividade da categoria de possível, devemos reconhecer que este exemplo não versa sobre uma quimera ou uma utopia (“não à demissão”, “trabalho para todos”, “a fábrica deve ficar aberta”, etc.). Não é em detrimento da lógica econômica e financeira das reestruturações que os possíveis

abrem-se. Ao contrário, eles o fazem sobre o que ocorre no próprio interior das situações, no concernente à relação operários/operários e operários/patrões. Se designarmos a esfera econômica como a esfera das objetividades, então o possível é da ordem do subjetivo.

Em 1992, a Renault anunciou sua decisão de fechar a planta industrial de Billancourt e colocou em funcionamento alguns dispositivos muito curiosos, denominados “planos sociais”. Estes dispositivos propunham aos operários o pagamento de um bônus de 80.000 francos caso eles aceitassem assinar uma declaração indicando que se dispunham a ir embora da fábrica por livre e espontânea vontade. O bônus em questão não seria chamado de “indenização por demissão”, mas sim de “bônus por demissão voluntária”. Durante toda a sequência de fechamento da fábrica, os esforços da gerência destinaram-se menos a garantir os objetivos da produção do que a obter a adesão do maior número possível de operários à declaração de demissão voluntária.

Pouco a pouco, o número de operários que se recusava a assinar o documento, inclusive sob risco de perder o bônus, foi aumentando até alcançar a cifra de 300 pessoas. Ao mesmo tempo, as condições de trabalho de quem não assinara a declaração e decidira permanecer na fábrica tornaram-se paulatinamente mais difíceis. A gerência esforçava-se por fazê-los ir embora recorrendo a todos os meios imagináveis: mudança de posto de trabalho todos os dias, intimidações e também tentativas de criar oportunidades nas quais fora lícito demitir um operário por falta profissional grave –neste caso, a demissão seria imediata e sem indenização. Apareceu, então, no transcurso das reuniões dos operários das cadeias de montagem –reuniões independentes dos sindicatos– uma prescrição que foi enunciada da seguinte forma: “80.000 francos para todos os operários, sem importar a assinatura da declaração”. 80.000 francos era o montante do bônus de demissão voluntária e a prescrição se propunha a reunificar os operários, tivessem eles assinado ou não o documento proposto pela empresa.

O enunciado “80.000 para todos, tenham eles assinado ou não” é uma proposição complexa. Ela faz do pagamento do bônus um ponto de unidade, ao passo que a situação parecia marcada pela

clivagem entre quem havia assinado e quem não o havia feito. O enunciado propõe outra forma de ver as coisas: quem recebeu o bônus teve acesso a dito benefício pelo fato de ser operário, e não por ter assinado um documento, de modo que, sempre em nome do fato de ser operário, quem se recusa a assinar também deve receber o bônus. Os que não assinaram demandavam o bônus a título de serem operários, da mesma forma que quem assinou. Esta prescrição propõe outros princípios de contagem, independentemente dos bônus condicionados à assinatura da declaração –a assinatura, condição exigida para ser reconhecido na contagem de quem é um operário, implicava o bônus ao mesmo tempo em que supunha uma negação: a negação da situação de demissão, deliberadamente maquiada como uma situação de demissão voluntária. No espírito da prescrição, se é o bônus que conta o operário, então é necessário relativizar a importância da assinatura, igualar quem assinou e quem não assinou e sustentar o possível de um bônus para todos.

Finalmente, a empresa aceitou pagar o bônus de 80.000 francos à maioria dos que não assinaram. É necessário sublinhar que, diferentemente da STECO, onde a contagem dos operários por parte do patrão, através da atribuição do bônus, havia sido unanimemente recusada pelos trabalhadores, no caso da Renault, essa contagem proposta pela diretoria foi avalizada por uma parte importante dos operários. Levando em conta esta situação de divisão, a prescrição simplesmente propõe o princípio “um é um, um operário é um operário, ele deve receber o bônus, tenha assinado ou não a declaração”.

### *Da prescrição em situações cotidianas de fábrica*

Em certas situações de pesquisa –como aquela relativa à Renault em 1985 (Lazarus, 1986)– o que os operários dizem não possui sempre, como na STECO em 1991 ou em Billancourt em 1992, um estatuto de prescrição formulada e assumida como tal. Contudo, ali podem ser encontradas teses e enunciados que, uma vez analisados, estão em condições de indicar os eventuais espaços de prescrição em processo de delineamento.

Apresento algumas citações, extraídas das entrevistas conduzidas junto aos operários de Billancourt em 1985, nas quais os interlocutores assumem posição em relação ao conteúdo das palavras “operário”, “operário imigrante”, “imigrante”. Eles argumentam que existem dois lugares diferentes: a fábrica e o que não é a fábrica, que eles chamam “o exterior da fábrica, a cidade” ou a “sociedade”. De acordo com cada um desses lugares, a polaridade “operário” ou a polaridade “imigrante” investem maior ou menor relevância.

Sou operário imigrante na fábrica. No exterior as pessoas me consideram como imigrante porque elas não sabem que eu sou operário.

Eu sou imigrante e operário. Na fábrica somos encarados como operário imigrante, mas fora dela somos encarados como imigrantes. Os franceses esquecem que nós estamos aqui para trabalhar e que nós trabalhamos.

Eu sou operário imigrante na França, mas, ainda que seja imigrante, eu trabalho como todos os operários.

Nessas três citações, “operário imigrante” refere-se à fábrica e “imigrante” ao exterior da fábrica (à sociedade), que é pensado como um lugar diferente. Nos dois casos, “imigrante” indica uma restrição, ou uma denegação da figura operária ou da figura do trabalho – tal negação é sustentada no exterior, denominado, também, “eles”, ou ainda, “franceses”: “eles não sabem que eu sou operário”, “os franceses esquecem que nós estamos aqui para trabalhar e que nós trabalhamos”.

Eu sou operário imigrante. Isto é uma coisa. É verdade que eu sou estrangeiro, mas eu sou, também, operário e isto é o que conta em primeiro lugar. Só que as pessoas dizem sempre ‘imigrante, imigrante’.

Na fábrica eu sou um operário imigrante. Na rua, sou um imigrante. Mas operário imigrante ou imigrante é quase a mesma coisa e é diferente de operário.

Nessas duas citações a categoria “operário imigrante” é preservada, ainda que seja negada pelo uso cada vez mais estendido da palavra “imigrante”, que vai recobrando a palavra “operário”, inclusive na própria fábrica. *Imigrante* não é apenas a categoria de ausentamento da qualidade de operário na sociedade. Através dela, “operário” também vai se ausentando no contexto da fábrica. Os fenômenos da sociedade retornam sobre a fábrica, fazem

aparecer nela a imagem proposta na sociedade a respeito dos operários de fábrica, encarados, como mencionei no início do artigo, de forma cultural e confessional e, portanto, exclusivamente como “imigrantes”, isto é, outros.

O campo da antropologia operária realiza-se mediante o estudo das teses formuladas em face de palavras problemáticas. Trata-se de um trabalho sobre os enunciados cuja lógica de intelectualidade não é a descrição, mas sim a prescrição. Pode haver enunciados em diferentes situações. Contudo, a análise de um enunciado se desenvolve menos em relação à situação na qual ele é produzido do que no quadro das prescrições que ele propõe. Tais prescrições, por sua vez, não são tomadas como prescrições *da* situação, como uma intelecção do concreto, mas sim como um campo próprio: o campo do pensamento das pessoas, que configura o real através das prescrições e dos possíveis. Esta antropologia operária sustenta que é necessário acoplar à visão doutra do real –cuja riqueza e importância eu reconheço– outra ordem do real: aquela configurada pelo pensamento das pessoas. Tal ordem pode ser identificada pelo pesquisador: ela vai desdobrando singularidades subjetivas. Meu propósito é que as singularidades subjetivas –ou o espaço de pensamento das pessoas diferenciado da ciência– sejam apresentadas como uma questão para a antropologia. Identificar o pensamento das pessoas supõe levar em consideração o espaço próprio de intelectualidade que não é a intelectualidade discursiva. As categorias “mentalidade primitiva”, cara a Lévy-Bruhl (1922), e “ideologia” (Durkheim, *op. cit.*), indexadas negativamente ao pensamento científico, já não são convenientes. A hipótese da existência de um pensamento das pessoas deve ser argumentada em uma relação disjuntiva em face do pensamento definicional. É necessário estabelecer seus requisitos próprios não comparativos. De certo modo, minha proposta é filosófica, mas ela exige uma antropologia específica que permita identificar a intelectualidade própria do pensamento das pessoas.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Bloch, M. (1974). *Apologie pour l'histoire*. Paris: Armand Colin.
- Bourdieu, P. (1993). L'espace des points de vue. Em: Pierre Bourdieu, comp., *La misère du monde*, Paris: Seuil.
- Durkheim, E. (1990 [1937]). *Les règles de la méthode sociologique*. Paris: PUF.
- Lazarus, S. (1982). *Les besoins en formation des jeunes Algériens en France, enquête dans l'Isère, la Loire, le al-de-Marne*. Estudo apresentado ao Ministério do Trabalho.
- \_\_\_\_\_. (1985). Les besoins en formation des jeunes Algériens en France. Em: Jacqueline Costa-Lascoux e Émile Temime, comps., *Les Algériens en France, genèse et devenir d'une migration*. Paris: Publisud, pp. 287-300.
- \_\_\_\_\_. (1992). Formes de conscience ouvrière et effondrement du socialisme dans les combinats sidérurgiques de l'ex-RDA. *Cahiers du CIASOC*, (4).
- \_\_\_\_\_. (1996). *Anthropologie du nom*. Paris: Seuil.
- \_\_\_\_\_. (2000). Singularité et rationalité. Em: Jelica Sumic, comp., *Universel, singulier, sujet*. Paris, Kimé, pp. 31-43.
- \_\_\_\_\_. (2001). Révolution, un mot singulier. *Lignes*, (4), pp. 97-107.
- Lazarus S. e Michel, N. (1986). *Études sur les formes de conscience et les représentations des OS des usines Renault*. Informe de pesquisa. Paris, contrato de pesquisa CNRS/Régie nationale des usines Renault: Les OS dans l'industrie automobile.
- Lévy-Bruhl, L. (1922). *La mentalité primitive*. Paris: Librairie Félix Alcan.
- Rancière, J. (1992). *Les mots de l'histoire*. Paris: Seuil.
- Sainsaulieu, R. e Zehraoui, A., comps. (1995). *Ouvriers spécialisés à Billancourt: les derniers témoins*. Paris: L'Harmattan.
- Sayad, A. (1986). *Condition d'immigré et condition d'OS : les effets mutuels de l'une sur l'autre et leurs effets sur la relation au travail*. Informe de pesquisa. Paris, contrato de pesquisa CNRS/Régie nationale des usines Renault, Les OS dans l'industrie automobile.
- Touraine, A. (1992). *Critique de la modernité*. Paris: Fayard.